

A Religião do Israel Retribalizado como Estrutura Ideológica Revolucionária

Carlos César Borges Nunes de Souza¹

Resumo

Nesse artigo estudaremos a religião de Israel como ideologia revolucionária a partir de Josué 1-12 que faz parte da chamada Obra Historiográfica Deuteronomista composta no séc. VI a.C no contexto do exílio babilônico. Para tanto é preciso apresentar de forma geral o conceito marxista de modo de produção asiático e ler o texto de Josué 1-12 sob o aspecto diacrônico. Pretendemos ao final demonstrar que a religião de Israel no período exílico não foi ideologia alienadora e sim revolucionária, mesmo que o seja só no nível da propaganda.

Palavras-chave: Religião – modo de produção asiático – tributarismo – Israel – Obra Historiográfica Deuteronomista

Abstract

In this article will be study the religion of Israel as revolutionary ideology setting out of Joshua 1-12 that belongs to called Deuteronomistic History composed in VI B.C in Babylonian exile context. To this is necessary to show in general lines the Marxist concept of Asian mode of production and read the text of Joshua 1-12 under diachronic aspect. At final we intend demonstrate that the religion of Israel in the exile time was not alienating ideology but is revolutionary, ever that be in level of propaganda only.

Key-words: Religion – Asian mode of production – tributary – Israel – Deuteronomic History

¹ Mestrando em Ciências da Religião do programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo na área “Literatura e Religião no Mundo Bíblico”. Bolsista financiado pela CAPES

Introdução

O desenvolvimento histórico da religião de Israel revela nuances semelhantes ao desenvolvimento das religiões dos povos vizinhos, bem como outras que são perceptivelmente singulares a Israel. Há quem argumente que essa singularidade não é um fenômeno exclusivo da religião de Israel, mas tal singularidade também é encontrada nas religiões dos povos vizinhos (DONNER, 2000: 18). Não desconsideramos essa observação, porém, no presente trabalho pretendemos delinear uma particularidade da religião de Israel em um determinado período de sua história (séc. VI) que é a mesma funcionando como ideologia revolucionária. Isso nós almejamos a partir da aplicação do conceito marxista de modo de produção unido ao método histórico-crítico aplicado pela exegese bíblica para analisarmos a religião de Israel como ela é apresentada no livro de Josué, especificamente nos capítulos 1-12.

A discussão sobre a aplicabilidade do conceito de modo de produção nas sociedades da Antigüidade, especialmente uma de suas etapas – o modo de produção asiático – é vasta e não entraremos aqui nessa questão. Pensamos ser importante apenas apresentar o que é o conceito de modo de produção e uma de suas fases denominada por Marx de modo de produção asiático no decorrer do trabalho.

A respeito da exegese do livro de Josué, partiremos do pressuposto de que os capítulos que serão estudados (Js 1-12) fazem parte da chamada Obra Historiográfica Deuteronomista datada do séc. VI a.C., portanto nos encontramos no período do exílio Babilônico.

Modo de Produção Asiático

O conceito modo de produção foi criado por Marx e ampliado por marxistas e orientalistas para analisar como as sociedades, com os instrumentos que possuíam(em), produziam(em) seus bens. Divide-se o modo de produção em três estruturas regionais: a econômica, denominada de infra-estrutura, a jurídico-política e a ideológica, ambas denominadas de supra-estrutura. Essas estruturas regionais unidas formam uma estrutura global complexa que em geral para Marx e os marxistas é determinada sempre pela infra-estrutura econômica. Portanto, o conceito está intrinsecamente conectado com o materialismo histórico.

Segundo Fioravante, (1978: p. 31-34) o fato da estrutura econômica determinar a relação dialética entre as estruturas regionais não significa necessariamente que ela sempre mantenha um papel dominante. No modo de produção feudal, por exemplo, é a ideologia, na sua forma religiosa, que possui o papel dominante, porém, a estrutura econômica determina a relação dialética na estrutura global. É importante percebermos isso porque é nossa intenção demonstrar que a religião de Israel apresentada no livro de Josué possui o papel dominante como ideologia revolucionária que busca o objetivo de fomentar uma economia tribal comunitária, não como instrumento de alienação, nem como ópio do povo, muito menos como sancionadora de uma ordem cósmica que reduz os camponeses ao servilismo.

Já o modo de produção asiático é terminologia utilizada por Marx e alguns marxistas e orientalistas para falar do modo de produção específico das sociedades da Antigüidade. O termo asiático não se limita as primeiras civilizações onde a escrita foi encontrada, como, por exemplo, o Egito e as cidades-Estado da Mesopotâmia e da Sírio-Palestina. De acordo com Varga (1978: 50), ele "(...) abarca extensas regiões da África" e também a América pré-colombiana. No entanto, é importante descrever o que é o modo de produção asiático, qual a sua especificidade.

O modo de produção asiático é constituído pelas três estruturas regionais citadas acima. A diferença entre o modo de produção asiático, e os outros modos de produção, a saber, o escravista, o feudal e o capitalista, está justamente na maneira como cada modo desses produz seus bens. No caso do modo de produção asiático Marx observou que a literatura de sua época que tratava da Mesopotâmia e Egito antigos demonstrava que essas sociedades levaram a cabo grandes obras hidráulicas² de canalização da água dos rios para a produção agrícola e de pecuária do chamado gado miúdo, isto é, ovelhas e cabras. Marx, a partir de tais dados, trabalhou com a hipótese da necessidade de organização política para a execução de tais obras, a partir daí, surge, nessas sociedades, um indivíduo que passa a governar os grupos tribais, esses baseados na solidariedade tribal. Surgem então as classes.

O “déspota”, como denominou Marx, passa a organizar e liderar esses grupos no trabalho de construção dos aquedutos e na produção agropecuária. Tudo isso apoiado pela religião da época que no Egito entendia o faraó como sendo a própria divindade encarnada e na Mesopotâmia como recebendo autoridade da divindade³. A terra, que era propriedade dos grupos tribais, passa a ser controlada pelo palácio⁴ que tributa os produtores e canaliza o excedente produzido para o palácio e templos. Dessa relação de tributo é que a expressão modo de produção tributário – análoga a modo de produção asiático – passa a ser utilizada para explicar como se produzia nessas sociedades.

O modo de produção asiático, essencialmente tributário, faz surgir um antagonismo dentro dessas sociedades, a saber, a existência de grupos tribais

² A possibilidade das grandes obras hidráulicas, especialmente aquelas levadas a cabo na Mesopotâmia, serem a causa do surgimento e organização de um Estado primitivo tem sido questionada desde meados de 1960. Aqui no Brasil o professor da UFF, Ciro Flamarion, é um grande opositor da hipótese causal hidráulica. Há que se perguntar se as grandes obras hidráulicas não foram no mínimo um dos fatores que contribuíram para o surgimento do Estado nessas comunidades aldeãs baseadas na solidariedade tribal.

³ O professor Marcelo Rede da UFF tem questionado a afirmação de que na Mesopotâmia o rei era a própria divindade. Em uma série de encontros, patrocinados pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, intitulados de “Grandes Culturas, Grandes Textos: A Epopéia de Gilgamesh”, esse professor falou sobre a possibilidade de não mais que três reis se autodesignarem divindades.

⁴ Por um bom tempo o templo controlava essa relação estatal na Baixa Mesopotâmia.

comunais com a sua agricultura de subsistência junto com um aparelho de estado numa forma primitiva⁵ representada pelo rei-deus, no caso do Egito, ou pelo rei com autoridade de legislar dada pelo próprio deus, no caso da Mesopotâmia. Aqui Marx identifica o surgimento das classes. O interessante é que a religião está a serviço da classe dominante como ideologia articuladora da dominação operada pelo estado emergente.

A Religião de Israel no Livro de Josué

A análise que se segue está baseada na religião de Israel como ela é apresentada no livro de Josué, especificamente nos caps. 1-12. Esses capítulos já foram apreciados por meio das mais variadas metodologias de análise exegética. A que nos interessa no presente trabalho é a metodologia que aborda o texto bíblico sob o aspecto diacrônico utilizando a sociologia e a antropologia como ferramentas auxiliares. Para tanto, precisamos situar o texto em seu contexto.

Soggin (1972: 1-7) afirma que os livros que compõem a divisão bíblica denominada de “profetas anteriores”, isto é, Josué-1Reis, fazem parte da chamada Obra Historiográfica Deuteronomista (= OHD) e essa foi composta no século VI a.C, mais exatamente na metade do séc. VI. A obra, segundo Soggin, é produto da Palestina, daqueles setores de Israel que não foram deportados para a Babilônia.

A OHD reflete sobre a destruição do Reino do Norte (= Israel) e o Reino do Sul (= Judá), aquele pelo império assírio em 722-21 a.C e esse pelo império babilônico em 587 a.C. A reflexão é de ordem teológico-histórica, ou seja, esses acontecimentos são interpretados como julgamento divino sobre os dois reinos

⁵ Por causa de tal antagonismo houve historiadores, como Carlo Zaccagnini e Liverani que desenvolveram a teoria de que havia nessas sociedades da Antigüidade Médio-Oriental um “modo de produção doméstico” ou “aldeão” e um “modo de produção palatino”.

que sempre se desviaram da fé em Javé e seguiram outros deuses, por isso Javé permitiu que tais impérios destruíssem esses reinos. Sobre isso diz Soggin:

Não há discussão quanto a História Deuteronomista ser o resultado do protesto dos profetas pré-exílicos (...) contra o sincretismo religioso entre a fé javista tradicional (...) e a religião da Palestina. Os profetas viram nisso a causa da decadência da religião, ética social e política de seu povo. (1972: 4)

Para os capítulos 1-12 de Josué, há amplo acordo de que elementos pré-deuteronomistas estão presentes, porém sérias dificuldades em delineá-los com precisão são demonstradas pelos comentaristas. O que podemos afirmar é que há um núcleo primitivo anterior à compilação e redação deuteronomista.

Afirmamos anteriormente que o *textus receptus* de Josué, como o temos hoje, é produto da atividade redacional do(s) historiador(es) Deuteronomista(s) e que tal redação tem seu *terminus a quo* na metade do século VI a.C., no período do exílio Babilônico. Isso implica em uma pergunta: o que se conta sobre a conquista de Canaã por Israel nestes capítulos de Josué é de fato o que aconteceu entre 1250-1050 a.C, aproximadamente, ou são essas coleções de sagas, na forma atual, produto da propaganda Deuteronomista que projeta sobre o passado anseios e concepções do período exílico? A pergunta não prejudica a proposta de que a religião de Israel nesses capítulos pode ser entendida como ideologia revolucionária porque sendo essas sagas testemunhos diretos do tempo que elas se propõem contar ou contendo elas núcleos primitivos que foram compilados e amplamente ampliados pelo programa deuteronomista elas postulam a derrubada das cidades-Estado cananéias e de seus reis; do sistema tributário de tais cidades.

De acordo com Schwantes, Josué e Juízes são textos concluídos no período exílico, pela comunidade que fica na Palestina e promove uma retribalização:

“O tempo do exílio é experimentado, em especial, em dois lugares, por dois grupos de modo muito diferente. Ao final, no pós-exílio, se impôs, com ênfase maior, a opinião dos que estiveram na Babilônia (...). Mas o grupo mais numeroso vivia na terra de Judá. Estes que permaneceram vivem em uma terra destruída (...). Então, Judá estava desurbanizada como Jerusalém. Mas, o povo judaíta, interiorano, em boa medida, continuava a viver em suas aldeias (...). Outra vez estavam no mundo tribal. Ou seja, em Judá, o período do exílio é um tempo de retribalização. É preciso levar em conta que os textos bíblicos que têm sido escritos sobre a época tribal nos séculos 13 até 11 (Josué e Juízes), foram redigidos, concluídos literariamente, justamente nesta época de exílio e pós-exílio, pela escola deuteronomística.” (2007: 54)

Essa retribalização é promovida pela propaganda deuteronomista que utiliza as sagas do complexo de Js 1-12, que certamente já contêm o germe de uma revolta social⁶ e da migração de povos autóctones para as montanhas da Palestina. Sugiro que o texto chave dessa interpretação é Js 11,15-12,24, em que se encontram o que deveria ser feito ao entrar em Canaã e uma lista dos reis derrotados, isto é, destruir aquelas cidades com seus sistemas e matar os seus reis com a população urbana é o objetivo, e isso como mandamento de Javé.

Está bem documentado textualmente e arqueologicamente que o surgimento de Israel em Canaã não se dá literalmente como Js 1-12 relata. Nesse complexo de sagas há a idealização deuteronomista de que no passado, por terem as tribos destruído as cidades-Estado cananéias com seus reis e sistema social tributário, as tribos de Israel viveram o sistema social igualitário

⁶ Com respeito às teorias sobre a chamada “tomada da terra” opto pelo desenvolvimento feito por Norman Gottwald sobre a teoria da revolta interna.

com devoção a um só deus, a saber, Javé. E foi esse deus que proporcionou a vitória sobre essas cidades e indicou o novo modo de vida libertário e igualitário.

Há consenso de que isso aconteceu no período entre 1250-1050 a.C., mas não exatamente como contado em Josué. Mas, mesmo tendo demonstrado que esse complexo de sagas, na sua forma final, é o resultado da propaganda deuteronomista que compilou e ampliou materiais primitivos, projetando uma condição sócio-religiosa ideal, a propaganda nesse trecho do livro de Josué apresenta a religião de Israel como ideologia revolucionária, que destrona reis, crítica essa tanto aos reinos estrangeiros como a monarquia israelita.

Tanto no passado remoto, de forma mais factual, como no presente exílico e pós-exílico, a religião de Israel é instrumento dentro do sistema social igualitário tribal de 1250-1050 a.C. como no período exílico e pós-exílico de transformações sociais entendidas como fundamento da religião javista.

Considerações Finais

A religião de Israel como está apresentada no texto de Js 1-12 como temos hoje reflete o projeto de retribalização ocorrido no período exílico na terra da Palestina por aqueles setores da sociedade israelita mais pobres, os camponeses.

Esses camponeses organizam-se na terra que foi desmilitarizada e desurbanizada pelo império babilônico em torno de um projeto em que Javé é o Deus que concede a terra e um sistema igualitário em que a monarquia é vista como desvio desse projeto. Chave de leitura para o livro de Josué e a percepção desse projeto é o cap. 11, onde os reis cananeus, analogia a monarquia israelita, desacordo com o sistema das cidades-estado cananéias com sua lógica de dominação a partir do mito de Baal e à Assíria, são depostos e mortos, aquele sistema deve ser extirpado.

A religião aqui não é utilizada para a dominação, não é ideologia a serviço de reis e escribas, mas é instrumento de reação à dominação e de luta contra a mesma, mesmo que esse projeto não tenha triunfado. Talvez a religião de Israel seja uma dos exemplos que nos mostra que a religião também tem seus aspectos revolucionários e não entorpecentes.

Bibliografia

BRIGHT, John. *História de Israel*. 7ª ed. São Paulo: Paulus, 2003

CARDOSO, Ciro Flamarion S., BOUZON, Emanuel, TUNES, Cássio Marcelo de Melo. *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Tudo é História, 36).

_____. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios, 47).

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos: dos primórdios até a formação do Estado*. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, v. 1, 2000.

GEBRAN, Philomena (org.). *Conceito de modo de produção*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOTTWALD, Norman K. *As tribos de lahweh: uma sociologia do Israel liberto 1250-1050 a.C.* 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2004

_____. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulinas, 1988.

ISSN: 1980-9824 | Volume IV - Ano 2 | Novembro de 2008

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel*. São Paulo: Teologia, São Paulo: Loyola, 2005

_____. *Teologia bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica*. São Paulo: Teologia, São Paulo: Loyola, 2005

HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Paulinas, 1982.

NOTH, Martin. *O Deuteronomista: 1943-1993, 50 anos de crítica autoral*. Fortaleza: Nova Jerusalém, 1993.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações: história natural, história social. Agricultores e criadores mesopotâmicos, egípcios e hebreus*. 23ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Jaime (org.). *Modos de produção na Antiguidade*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1984.

PURY, Albert de. *O Pentateuco em questão: as origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz de pesquisas recentes*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

REDE, Marcelo. Aspectos simbólicos da cultura jurídica na Mesopotâmia. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006.

SCHMIDT, Werner H. *Introdução ao Antigo Testamento*. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 2002

SKA, Jean Louis. *Introdução à leitura do Pentateuco: chaves para a interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia*. São Paulo: Loyola, 2003. (Bíblia Loyola, 37).

ISSN: 1980-9824 | Volume IV - Ano 2 | Novembro de 2008

SCHWANTES, Milton. *Sufrimento e esperança no exílio: história e teologia do povo de Deus no século VI a.C.* 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2007.

_____. *Breve história de Israel.* São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. *As monarquias de Israel.* São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Paulinas, 2006.

SOGGIN, Alberto. *Joshua: a commentary.* Philadelphia: The Westminster Press, 1972.